



MINISTERIO DE VIAÇÃO  
OBRAS PUBLICAS  
BIBLIOT. CA

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO I

ANO XIV — N.º 39

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1959

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA HOJE QUARTA-FEIRA,  
DIA 8 DE JULHO DE 1959

### Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Afrânio de Melo Franco".
- I — De Constituição e Justiça, Comissão Plena, às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Afrânio de Melo Franco".
- II — De Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos, na Sala "Carlos Peixoto Filho".
- III — De Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Sabino Barroso".
- IV — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Comissão Plena às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Antônio Carlos".
- V — De Saúde, às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Bueno Brandão".
- VI — De Serviço Público, reunião extraordinária, às 16 horas, na Sala "Bueno Brandão".

### Comissão Especial

Da Bacia do São Francisco, às 15 horas, na Sala "Paulo de Frontin".

### Comissão de Inquérito

Para examinar e estudar a situação das Empresas Estrangeiras Concessionárias de Serviços Públicos de Eletricidade e outros, às 15 horas no "Salão Nobre" da Câmara dos Deputados.

Oradores inscritos para a Sessão de hoje, Quarta-feira, dia 8 de julho de 1959.

### PEQUENO EXPEDIENTE

Lustosa Sobrinho,  
José Sarney,  
Nestor Jost,  
Edvaldo Flores,  
Mario Gomes,  
Clodomir Millet,  
Carmelo D'Agostino,  
Domingos Velasco,  
Humberto Lucena,  
Abelardo Jurema,  
Clidenor Freitas,  
Bezerra Leite,  
Chagas Freitas,  
Castro Costa,  
Ferreira Martins,  
Rezende Monteiro,  
Rachid Mamed (25),  
Anísio Rocha (29),  
Dirceu Cardoso (30),  
Waldir Simões (30),  
Gileno Di Carli (30),  
Vasconcelos Tôres (29 e 30),  
Dervilli Alegretti (1.º).

Antônio Feliciano (1.º),  
Atílio Fontana (2),  
Miguel Bahury (2),  
Henrique Turmel (2),  
Franco Montoro (28 e 2),  
Oliveira Franco (3),  
Benjamim Farah (30 e 3),  
Aurélio Vianna (6),  
Badaró Júnior (6),  
Arno Arnt (30 e 6),  
Lino Braun (30 e 6),  
Aarão Steimbruch (2 e 6),  
Oswaldo Ribeiro (7),  
Nicolau Tuma (7),  
Manoel Almeida (7),  
Bocayuva Cunha (3 e 7),  
Nelson Carneiro (6 e 7),  
Último de Carvalho (6 e 7).

### GRANDE EXPEDIENTE

Herbert Levy, como Líder da Minoria,  
Paulo Tarso,  
Rui Ramos,  
Oscar Corrêa,  
Arno Arnt,  
Marlio Bene,  
Oswaldo Zanella,  
Nelson Omeña.

Manoel Almeida,  
Dirceu Cardoso,  
Seixas Dória,  
Clemens Sampaio,  
Silvio Braga,  
Oliveira Franco,  
Lourival Baptista,  
Nicolau Tuma,  
Plínio Salgado,  
Abej Rafael,  
José Turner,  
Corrêa da Costa,  
Arthur Virgílio,  
Gabriel Passos,  
Gurgel do Amaral,  
Valério Magalhães,  
Ernani Sátiro,  
Nelson Carneiro,  
Edgard Pereira,  
Ary Pitombo,  
Temperance Pereira,  
Fernando Sant'Ana,  
Milton Reis,  
França Campos,  
Menezes Lopes,  
Carmelo D'Agostino,  
Clidenor Freitas,  
Eulógio Campos,  
Rachid Mamed,  
Bezerra Leite,  
Paulo Freire,  
Edson Távora,  
Neiva Moreira,  
Lycio Hauer,  
Arruda Câmara,  
Helo Ramos,  
João Menezes,  
Carvalho Sobrinho,  
Lustosa Sobrinho,  
Leite Netto,  
Dervilli Alegretti,  
Nestor Jost,  
Odylio Vianna,  
Vasconcelos Tôres,  
Domingos Velasco,  
Maia Netto,  
Jorge de Lima,  
Miguel Bufara,  
Lino Braun,  
Teodulo de Albuquerque,  
Souza Leão,  
Atílio Fontana,  
Último de Carvalho,  
Badaró Júnior,  
Humberto Lucena,  
Andrade Lima Filho,  
Pereira da Silva,  
Geraldo Guedes,  
Miguel Bahury,  
Chagas Freitas,  
Mario Tamborindeguy,  
Abelardo Jurema,  
Bocayuva Cunha,  
Franco Montoro,  
Fernando Ferrari,  
Breno da Silveira,  
Unirio Machado.

Miguel Leuzzi,  
Ferro Costa,  
Bonaparte Maia,  
Anísio Rocha,  
Josue de Castro,  
Pacheco Chaves,  
Nogueira da Gó—  
Passos Porto.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> me seja concedida a palavra, como Líder da Minoria, no Grande Expediente da sessão de amanhã, dia 8 de julho de 1959. — *Herbert Levy*, Vice-Líder no exercício da Liderança.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> seja concedida a palavra, em caráter preferencial, ao Deputado Hamilton Nogueira, no Grande Expediente da sessão de 10 de julho de 1959.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1959. — *Carlos Lacerda*.

Ordem do Dia marcada pelo Sr. Presidente para a Sessão de hoje, Quarta-feira, dia 8 de julho de 1959.

Em Prioridade:

Emenda à Constituição nº 3-A-56 e Projetos ns. 4.380-A-58 — 1.585-A-56 e 2.773-A-57.

Em Tramitação Ordinária:

Projetos de Resolução ns. 176 e 177 de 1958 — 180 — 182 — 183 — 186 — 187 — 189 — 190 — 192 — 193 — 195 — 196 e 1957-59 e Projetos ns. 2.548-A de 1957 — 2.612-A-57 — 4.140-A-58 — 4.473-A-58 — 3.495-A-57 — 2.658-B de 1957 — 1.531-A-56 — 3.333-A-57 — 1.766-A-56 — 3.279-B-57 — 3.046-A de 1957 — 3.575-A-57 — 3.640-A-57 — 3.691-A-58 — 4.169-A-58 — 2.170-B de 1956 — 1.407-B-56 — 3.787-A-58 — 2.241-C-57 e 4.832-A-54.

Proposições para Ordem do Dia

Projetos de Resolução nº 179-58 e 188-59 e Projetos ns. 3.529-A-57 — 2.267-B-57 — 4.299-B-58 — 67-A-59 — 1.424-B-56.



das referências constantes do tópico do "Correio da Manhã".

Aproveitei a oportunidade para reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos do mais alto apreço e consideração. assinado: *Armando de Oliveira Pinto*.

Meus eminentes colegas, em matéria de probidade e honorabilidade eu vou ao exagero. Como a fonte de base do "Correio da Manhã" fora o inquérito parlamentar instaurado para apurar irregularidades no Fundo Sindical, onde figurou o meu nome tendo recebido estes Cr\$ ..... 300.000,00 dirigi ontem carta ao Senhor Ministro do Trabalho, para que informe onde se encontravam os documentos comprovantes de minha prestação de contas, dos quais possuo cópia e procurei pessoalmente o relator da Comissão de Inquérito, deputado Elias Adaimé, a quem exhibi cópias destes documentos, tendo hoje recebido carta de Sua Excelência nos seguintes termos:

"Rio de Janeiro, 6 de julho de 1959

Exmo. Sr. Deputado Josué de Castro.

Em meu poder sua carta em que solicita meu pronunciamento com referência ao fao apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Fundo Sindical relativo ao auxílio prestado à Comissão de Bem-Estar Social em 1951, na importância total de Cr\$ .... 300 mil cruzeiros.

No meu relatório V. Ex.<sup>a</sup> encontrará, à página 151, que a importância consignada como "auxílio à Comissão de Bem-Estar Social" foi no encerramento do exercício de 1951 transferida para a conta de Depósitos de Terceiros — Diversos (documentos 1346). A débito dessa conta foram feitos os seguintes lançamentos no exercício de 1952, no total de 303 mil cruzeiros:

Recibo passado por Gilson Amado, em importância recebida como adiantamento para pagamento de passagens e estada dos integrantes da Semana de Estudos de Subcomissão de Serviço Social, de acordo com os comprovantes (não foram anexados os comprovantes) — documento 69, de 18 de janeiro de 1952 — Cr\$ 29.000,00.

Recibo passado por Josué de Castro, em importância destinada a aquisição de 3 máquinas "Remington" da firma S. A. Casa Pratt, de acordo com os devidos comprovantes (não foram anexados os comprovantes) — documento 70, de 18 de janeiro de 1952 — Cr\$ 19.815,00.

Recibos passados por Josué de Castro sem especificação das despesas a serem efetuadas e sem declaração de que as mesmas foram feitas.

Documento nº 111, de 1-2-52 — Cr\$ 30.000,00.

Documento nº 207, de 7-3-52 — Cr\$ 70.000,00.

Documento nº 303, de 1-4-52 — Cr\$ 20.000,00.

Documento nº 446, de 8-5-52 — Cr\$ 30.000,00.

Documento nº 474, de 19-5-52 — Cr\$ 40.185,00.

perfazendo um total de Cr\$ .. 2.260.185,00.

Ao ensejo, é oportuno esclarecer que V. Ex.<sup>a</sup> me exibiu hoje ofício e fotocópias dos comprovantes que dirigiu e encaminhara na época ao Sr. Ministro do Trabalho, prestando contas.

Como relator da Comissão de Inquérito que investigou a aplicação do Fundo Social Sindical, não encontrei junto dos processos examinados tal ofício e as respectivas comprovações, embora

tivesse vasculhado os arquivos do C.I.S.

Concluo, agora, mudando, já parte do meu parecer sobre o Fundo Sindical, que V. Ex.<sup>a</sup>, como não podia deixar de ser — pois se trata de um homem público de probidade indiscutível, prestou contas nos termos da legislação em vigor. Daí estar, como disse, modificando neste instante parte — friso bem: parte — do meu parecer com referência à falta de comprovantes.

Todavia, estou convencido ainda da balbúrdia que reinava e ainda reina dentro da Comissão do Imposto Sindical. Seria de todo conveniente que V. Ex.<sup>a</sup> auxiliasse os membros da Comissão, já que está na Ordem do Dia o projeto que aprova as conclusões desta Comissão Parlamentar de Inquérito, face ao que ocorreu no seu caso em particular, para que pudéssemos de uma vez por todas extinguir esse cancro que está devorando as fracas economias do trabalhador brasileiro. Se naquela época encontramos a malversação e a falta de organização no C.I.S., de lá para cá tal situação em nada mudou, persistindo, senão até ampliada.

Receba do seu colega um grande abraço. — assinado: *Elias Adaimé*.

O Sr. Franco Montoro — Tenho certeza de que interpreto o pensamento de toda a Câmara, ao me congratular com V. Ex.<sup>a</sup> de sensibilidade moral comprovada, pela inequívoca resposta que dá a esse artigo. V. Ex.<sup>a</sup>, demonstrando respeito à imprensa na nossa terra, prova a lisura de caráter de um homem que não apenas o Brasil mas todo o mundo admira, em face da sua cultura e honestidade. (*Palmas*).

O Sr. Gabriel Passos — Apoiados, com toda a convicção, as palavras do nosso nobre colega.

O Sr. Elias Adaimé — Senhor Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão, quando reclama contra as acusações contidas no artigo que neste instante traz ao conhecimento da Nação inteira. Realmente, o "Correio da Manhã", folheando as conclusões da Comissão de Inquérito, encontrou uma falha que apuramos. Não denunciamos, porém, que tivesse havido alcance de importâncias do Fundo Sindical. Apenas declaramos não ter encontrado os comprovantes; não dissemos que tivesse havido malversação do dinheiro. Estes os esclarecimentos que desejo dar. A probidade de V. Ex.<sup>a</sup> jamais foi posta em jogo.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Vou terminar, Sr. Presidente. Também enviarei hoje carta ao "Correio da Manhã" acompanhada de cópia de todo este material para que possa este jornal melhor aluzar do assunto em foco e verificar a inconsistência e a injustiça da suspeita levantada em seu tópico.

Não posso, entretanto, deixar de agradecer a este jornal pela oportunidade que me deu de demonstrar, como a meu ver deve ser manejado o dinheiro público na defesa do patrimônio do povo e da honorabilidade dos verdadeiros homens públicos no Brasil. (*Muito bem; muito bem*). *Palmas*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Adahil Barreto.

O SR. ADAHYL BARRETO:

(*Lê o seguinte discurso*) Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho hoje ocupar a tribuna desta Casa com o objetivo de contribuir, com modestia certamente, mas com sinceridade

de propósitos, para o debate e encaminhamento do problema sucessório nacional. Devo começar afirmando que a princípio relutei comigo mesmo em fazer-lo, porque sou dos que pensam que deveríamos poupar-nos do desgaste de energia resultante do embate pré-eleitoral, empregando-as na tentativa de solução de outras questões igualmente sérias, que trazem a nação preocupada e as vezes até mesmo em estado de perigosa tensão. Todavia, já que objetivamente a questão está colocada, já que as cartas foram postas sobre a mesa e os espíritos se agitam em torno do problema — julgo que esquivar-me ao debate seria uma fuga à própria realidade dos fatos, e uma omissão de quem, por força mesmo da representação popular, tem a obrigação de não ficar alheio a debates tão importantes.

Coerente, porém, com a linha de conduta que venho seguindo há anos nesta Casa, não me traz a tribuna a intenção de julgar candidaturas, de manifestar o meu apoio a este ou aquele nome, de tumultuar o problema, de jogar mais lenha à fogueira, de enfim, criar mais agitação em torno de assunto que deve ser examinado com serenidade, sem entrocamento de paixões ou de interesses pessoais. Vindo, assim a público, o que desejo, refreando o pensamento da parcela da Nação que tenho a honra de representar, e advertir — modesta mas bem por isso menos firmemente — sobre a imperiosa necessidade de ser o problema sucessório encarado com largueza de vista, como um problema nacional que realmente o é.

Isto significa, Sr. Presidente e Senhores Deputados, uma estranheza e — porque não dizer — uma repulsa ao pensamento que até agora tem guiado os líderes políticos, responsáveis pela coordenação do problema, de somente escolherem, de somente indicarem, de somente agitarem nomes que representam a rica esmagada do País. Nessa coordenação, repete-se hoje o erro tantas vezes cometido; o de deixar-se uma ponderável parcela da Nação praticamente à margem da sucessão presidencial. Em toda a história da República, salvo umas poucas oportunidades, o Nordeste só tem sido convocado a cumprir o seu dever de depositar nas urnas os milhões de votos que possui. Dir-se-a que isto é o exercício da democracia. Não o nego. Mas ninguém ignora que o processo democrático brasileiro — no que tange a escolha do Presidente e Vice-Presidente da República — depende fundamentalmente dos Partidos. E temos de constatar, infelizmente, que o pronunciamento oficial dos Partidos é ditado quase sempre pela voz dos interesses regionais poderosos, sob o ponto de vista econômico ou político, que predominam nos seus quadros.

Seria fugir à realidade desejar e reivindicar para nossa área economicamente fraca uma situação privilegiada em função da necessidade de reparar erros do passado ou de sanar a situação em que nos encontramos, coisa: o que ele quer, o que ele exige. Mas, o Nordeste não reivindica tal e exigirá sempre com maior vigor, é a participação efetiva na direção da República. A sua fraqueza econômica de que não tem culpa não constitui argumento válido para obstar o sua presença — efetiva e não formal, misto — nas funções onde se executa a política nacional. O nosso atraso em relação ao progresso do Brasil no momento é um fato, mas a política de um país não pode ser manipulada em função dos fatos consumados; pelo contrário, ela deve executar-se como uma técnica de domínio dos fatos, da mesma forma que a engenharia é uma técnica de domínio das forças da natureza, para colocá-las a serviço do bem estar da coletividade. Assim, pois, se o reco-

rhecimento do atraso em que vegeta o Nordeste não é apenas um expediente para obter votos, se há de fato o desejo de que tal situação seja superada, o que se deve fazer, antes de mais nada, é abrir-lhe as portas da administração do País.

"... e abrir-lhe as portas da administração do País".

Concebo o aparte a V. Exa. O Sr. Cid Carvalho — Nobre deputado, sabe V. Exa. não só da simpatia pessoal que me inspira...

O SR. ADAHIL BARRETO — É recíproca, nobre colega.

O Sr. Cid Carvalho — ... como também da simpatia que tenho pelas ideias políticas que norteiam sua conduta nesta Casa. Com todo o respeito por elas, queria dizer-lhe que nada deve levar-nos a uma posição pessimista quanto à evolução do trato do problema sucessório neste país, porque, se fizermos uma análise atenta da história da sucessão presidencial no Brasil, veremos que o pleito que se avizinha significará um grande passo a frente, pois saímos das rivalidades de superfície que significavam jogo de legendas no cenário político nacional para uma sucessão que há de representar, sobretudo, uma grande tomada de posição quanto aos problemas fundamentais do Brasil. Pode V. Exa. observar que aqueles candidatos já esboçados, tanto de um como de outro lado, estão sentindo o ônus e a grande responsabilidade de uma definição em face desses graves problemas. Logo, acima de um critério regional, sob o qual o problema poderá ser colocado, é para nós e para V. Exa., homem preocupado com os problemas fundamentais do País, ...

O Sr. Esmerino Arruda — V. Exa., quer um critério militar na sucessão.

O Sr. Cid Carvalho — ... motivo de estímulo e de esperança vemos um grande embate, como o sucessório, ser colocado num plano ideológico, o que significa um grande passo a frente.

O SR. ADAHIL BARRETO — A resposta ao aparte de V. Exa. está contida no meu discurso. Mas eu a antecipo um pouco para dizer que entendo que o problema sucessório deve ser visto como problema nacional, que realmente é. E justamente porque se trata de problema nacional, advogamos a participação do Nordeste na sua solução. (*Muito bem*). E assim agimos por achar que o equacionamento dos grandes problemas que nos afligem só é possível com a participação de nordestinos no governo, pois eles conhecem mais de perto, na própria carne, a agudeza e a crueza desses mesmos problemas.

O Sr. Seiras Dória — Principalmente, nobre Deputado, nesta hora, quando o Nordeste tem, realmente, nomes de grande ressonância nacional, como, por exemplo, o do Governador Juraci Magalhães que reúne o útil ao agradável, porque tem mantido sempre, em toda a sua vida pública, uma linha nacionalista sem contestação. S. Exa. foi mesmo o primeiro presidente da Petrobrás, fulcro do movimento nacionalista no Brasil, e lá se conduziu magnificamente.

O SR. ADAHIL BARRETO — Muito grato a V. Exa.

Não tenho dúvidas em apontar a ausência do Nordeste nos postos de direção importantes da República, como responsável quase exclusivamente pelo atraso em que se avista a região — afirmação que faço mesmo não esquecendo nem negando as condições naturais aparentemente adversas da região. Nada, aliás, caracteriza melhor os maticismos dessa ausência, do que a maneira como se têm conduzido as autoridades da República em face da necessidade de modificar a estrutura da economia